

Anais da Assembléia

CURITIBA TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 159.ª Sessão Extraordinária Realizada em 4 de setembro de 1973 - (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Iris Caldart.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelso Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Jr. — Wilson Fortes — Wilson Brandão (36); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada a apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 170-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 200-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 10, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 176-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 160.ª Sessão Ordinária Realizada em 4 de setembro de 1973 - (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Artjhr de Souza — Domicio Scaramella — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Junior e Xenofonte Villanueva. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 77-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 8 de agosto de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná objetivando a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ — GABINETE DO GOVERNADOR

Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná para a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

O Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em Exercício, Senhor João Mansur, do-

ravante denominado simplesmente "ESTADO", e a Universidade Federal do Paraná CGC/MF n.º 75095679/001, doravante denominada simplesmente "UNIVERSIDADE" neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor Eduardo Correa Lima, tem ajustado o presente Convênio para a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná e Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal, na forma das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO DO CONVENIO:

Constitui objeto do presente Convênio a execução pela "UNIVERSIDADE", de levantamentos, análises e estudos básicos, de acordo com o pactuado neste instrumento, visando:

a. a formulação de um Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná;

b. Análise da Programação das Despesas Públicas a nível municipal, existentes no Estado do Paraná.

Parágrafo Primeiro: — Visando atingir o objetivo fixado nesta Cláusula, a "UNIVERSIDADE" obriga-se a executar as tarefas discriminadas em duas etapas, a primeira, com duração de 90 (noventa) dias, contados a partir do pagamento da primeira parcela à "UNIVERSIDADE" e a segunda no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação dos trabalhos pelo "ESTADO".

Parágrafo Segundo: — Para atingir o objetivo discriminado nesta Cláusula, caberá à "UNIVERSIDADE" executar, durante a primeira etapa, os seguintes trabalhos:

1. Quanto à formulação do Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná:

- 1.1. Determinação de Parâmetros para avaliação das necessidades de Edificações;
- 1.2. Estudo da envergadura de obras compatível com a tipologia e tendências por Setores de atuação governamental;
- 1.3. Ajustes e Correções necessárias.

2. Quanto à Análise da Programação das Despesas Públicas

- 2.1. Pesquisas das previsões de investimentos existentes a nível municipal, para 1973 — 74 — 75 e 76.

Parágrafo Terceiro: — No desenvolvimento da segunda etapa deverá a "UNIVERSIDADE" realizar os seguintes trabalhos:

3. Quanto à formulação de um Plano de Obras de Edificações adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná:

- 3.1. Formulação de Plano de Obras de Edificações;
- 3.2. Critérios para estabelecer prioridades;
- 3.3. Formulação do perfil de investimentos necessários;
- 3.4. Proposição de modelos de participação de Municípios na execução e financiamento de obras.

4. Quanto à Análise da Programação das Despesas Públicas a Nível Municipal no Estado:

- 4.1. Consolidação, a nível municipal, de toda a programação de investimentos;
- 4.2. Análise das posições municipais consolidadas;
- 4.3. Conclusões.

Parágrafo Quarto: — A "UNIVERSIDADE" executará os trabalhos ora convencionados através de seus elementos dedicados à pesquisa e ao estudo de matéria ligada ao desenvolvimento urbano.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA QUALIDADE DOS TRABALHOS E DO PESSOAL

I — A "UNIVERSIDADE" obriga-se por este instrumento na melhor forma de direito a cumprir todas as suas obrigações e, enunciativamente, elaborar e executar todos e quaisquer serviços, encargos, trabalhos, pesquisas e levantamentos decorrentes deste Convênio e, especialmente o relatório final mencionado na Cláusula Quinta, item IV, com extraordinária eficiência e esmero, de acordo com os melhores padrões técnicos, nacionais e internacionais pertinentes.

II — Obriga-se a "UNIVERSIDADE" a executar os trabalhos decorrentes do presente Convênio através da equipe básica constante do anexo I do presente instrumento, devidamente rubricado pelas partes.

Parágrafo único: — Os técnicos integrantes da equipe básica acima referida, poderão ser substituídos em casos especiais por outros altamente especializados, cabendo porém, sempre, ao "ESTADO" aprovar previamente as substituições, após a comprovação pela "UNIVERSIDADE" da alta eficiência e capacidade dos mesmos.

Alínea: — O descumprimento pela "UNIVERSIDADE" do ora pactuado, dará direito ao "ESTADO" de considerar rescindido o presente Convênio, sem prejuízo da indenização das perdas e danos verificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA PROPRIEDADE DOS RELATÓRIOS E DAS INFORMAÇÕES:

Todos os dados, pesquisas, relatórios, mapas, planos, estatísticas, memorandos, códigos, bem como a massa de cartões perfurados utilizados para a computação eletrônica e quaisquer outros documentos elaborados pela "UNIVERSIDADE" em decorrência do presente Convênio constituirão propriedade exclusiva do "ESTADO".

Parágrafo Primeiro: — Todos os relatórios e demais documentos referidos nesta Cláusula serão tratados como confidenciais pela "UNIVERSIDADE" e não serão postos à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica, nem divulgados sem o prévio e expresso consentimento do "ESTADO", podendo a "UNIVERSIDADE" possuir, nos seus arquivos, registros próprios dos trabalhos decorrentes da execução das tarefas, exclusivamente para consulta própria.

CLÁUSULA QUARTA — DA TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

A "UNIVERSIDADE" não cederá nem transferirá, nem disporá deste Convênio ou de suas partes, ou de quaisquer direitos deles decorrentes, e, enunciativamente, não subcontratará nem mesmo parte dos serviços a não ser com expresso consentimento do "ESTADO" quando então mesmo obtido o consentimento de subcontratação, os estudos e serviços atinentes serão sempre, em qualquer hipótese, elaborados sob a supervisão direta e exclusiva responsabilidade da "UNIVERSIDADE".

CLÁUSULA QUINTA — DOS RELATÓRIOS

A "UNIVERSIDADE" entregará ao "ESTADO" cinco vias de cada um dos seguintes documentos, atinentes ao objeto do presente Convênio:

I — Relatórios mensais do desenvolvimento dos trabalhos e dos resultados obtidos, que deverão ser entregues até o dia 10 (dez) do mês seguinte;

II — Relatório da primeira etapa do trabalho, contendo todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados ao Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira, para ser aprovado pelo "ESTADO";

III — Esquema do relatório final, que deverá ser entregue juntamente com o relatório da primeira etapa para ser igualmente aprovado pelo "ESTADO";

IV — Relatório final, contendo:

— Descrição do desenvolvimento geral dos trabalhos e da metodologia utilizada, com referência as aproximações alcançadas;

— Todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados ao Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira.

Parágrafo único: — A aprovação do relatório apresentado pela "UNIVERSIDADE" deve se dar, pelo "ESTADO" dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega respectiva, sendo que no caso de desaprovação disporá a "UNIVERSIDADE" de outros 30 (trinta) dias, para atender às exigências impostas para merecer aprovação; o silêncio por mais de 30 (trinta) dias, após o recebimento de cada relatório, implicará em sua aprovação tácita.

CLÁUSULA SEXTA — DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O "ESTADO" transferirá à "UNIVERSIDADE", a título de compensação pela execução deste Convênio, a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), à conta de recursos da Secretaria de Viação e Obras Públicas pela execução do Plano de Obras adequado à Tipologia Urbana do Estado do Paraná; e Cr\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil cruzeiros) à conta de recursos da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, Comissão de Planejamento Econômico, PLADEP pela execução de Análise da Programação de Despesas Públicas a nível municipal no Estado.

Parágrafo Primeiro: — As aludidas importâncias serão pagas da seguinte forma: O "ESTADO" entregará à "UNIVERSIDADE" a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) logo após a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná do presente Convênio; a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) 60 dias após a assinatura do presente Convênio, e a importância de Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), após a conclusão do trabalho e sua aprovação final pelo "ESTADO".

Parágrafo Segundo: — As despesas com a impressão dos trabalhos serão pagos diretamente pelo "ESTADO" à firma executora, sem maiores ônus para a "UNIVERSIDADE".

Parágrafo Terceiro: — As importâncias pagas de acordo com o disposto nesta Cláusula, serão depositadas pelo "ESTADO" em conta vinculada no Banco do Estado do Paraná S. A., podendo apenas ser movimentada para os fins previstos neste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO:

A importância a ser paga pelo "ESTADO", conforme disposto no "CAPUT" desta Cláusula, correrá à conta da Dotação n.º 4203.0101.2002, Despesas Correntes 3.0.0.0, Despesas de Custeio 3.1.0.0, Encargos Diversos 3.1.4.0. Acordos e Convenios 3.1.4.0.17; Dotação n.º 2103.0101.2004, Despesas Correntes 3.0.0.0, Despesas de Custeio 3.1.0.0, Encargos Diversos 3.1.4.0, Acordos e Convenios 3.1.4.0.17.

CLÁUSULA OITAVA — DA REPRESENTAÇÃO:

As partes nomearão no prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, cada uma, um representante e um suplente, para cada um dos dois trabalhos, sendo um representante e suplente da Secretaria de Viação e Obras Públicas e um representante e suplente da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos quais serão delegados, todos os poderes necessários para representá-lo na execução do presente Convênio.

Parágrafo Primeiro: O representante da "UNIVERSIDADE", exercerá também as funções de Coordenador dos trabalhos técnicos e movimentará as importâncias entregues à "UNIVERSIDADE", de acordo com o disposto neste instrumento.

Parágrafo Segundo: Os representantes do "ESTADO" acompanharão e fiscalizarão a execução dos projetos que compoem este Convênio, podendo proceder a quaisquer exames, inspeções, levantamentos, peritagens, onde lhes parecer conveniente, obrigando-se a "UNIVERSIDADE" a facilitar e permitir a execução das atinentes medidas.

CLÁUSULA NONA:

As partes elegem o foro de Curitiba (PR), com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao disposto no presente Instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que seja firme e valioso.

Curitiba, 8 de agosto de 1973.

JOÃO MANSUR

Governador do Estado do Paraná

EDUARDO CORREA LIMA

Reitor da Universidade Federal do Paraná

Testemunhas:

(As. Illegíveis)

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.º 150-73 e 78-73.

— De autoria do Senhor Deputado Antônio Costa, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 190-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais,

requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Izidoro Ferreira Pontes, antigo jogador do Palestra Itália e Clube Atlético Paranaense.

Outrossim, solicito da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, à rua Presidente Faria, 301.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

Rogo a Vossa Excelência submeter à apreciação do Plenário, voto de pesar do falecimento do Doutor Cicero Heleno Sampaio Arruda, ocorrido hoje, nesta Capital.

O extinto foi Secretário dos Negócios do Governo, e era Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas.

Como Secretário de Estado teve participação nos trabalhos iniciais, relativos à Lei Orgânica dos Municípios.

Requeiro, que da decisão do Plenário se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Armando Queiroz

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão Max Pohl, ocorrido no dia 29 de agosto em nossa Capital.

O Sr. Max Pohl foi pessoa de marcantes atividades em nosso Estado, agindo sempre com lisura, respeito e dignidade, dotado de um espírito eminentemente cristão como membro da Igreja Metodista de nossa Capital, jamais se furtou ao atendimento daqueles que necessitavam de sua ajuda.

Ao desaparecer, deixou sua esposa, filhos, parentes e amigos que muito lamentaram a dolorosa separação.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovada a presente homenagem, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada do ilustre desaparecido.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, do Sr. Cicero Heleno Sampaio Arruda, que desempenhou inúmeras funções na vida pública paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Braim Sleimann, ocorrido em nossa Capital no dia 23 de agosto.

O desaparecido era pessoa muito benquista em nossos meios sociais e comerciais especialmente. Em vista disto muito contribuiu para o progresso de Curitiba, pois dedicou toda sua vida a ela.

Dotado de excelentes princípios de humanidade e humildade, sempre soube atender a todos com o maior e mais perfeita distinção.

Ao desaparecer, deixou sua esposa, filhos, parentes e amigos, que muito sentiram seu desenlace.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, seja comunicada a homenagem póstuma desta Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Chapa "Nova Estrutura" pela magnífica e esmagadora vitória nas eleições verificadas na última quinta-feira, dia 30 de agosto, do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, da Faculdade de Direito de Curitiba, gestão 1973-1974.

A Chapa em referência, apresentando excelente programa de oposição a atual Diretoria, encabeçada pelo jovem acadêmico Santiago Losso, e contando com uma equipe de valorosos idealistas, pretendem imprimir uma nova dinâmica as atividades discentes daquela tradicional e conceituada Faculdade de nosso Estado.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa a Chapa Nova Estrutura e a Direção da Faculdade.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e na forma em que dispõe o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requer seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, no sentido de ser extendido o funcionamento do ginásio estadual da sede do Município de Iguaçu, ao Distrito de Ângulo, do mesmo Município.

Referido Distrito, de Ângulo possui enorme população estudantil, justificando, plenamente, o funcionamento da extensão ora pretendida.

Além do mais, está o mesmo Distrito localizado a 15 km. de distância da sede de seu Município, obrigando seu contingente estudantil, de grau ginasial, a percorrer aquela distância, acarretando, por via de consequência, enormes dificuldades aos mesmos estudantes e ônus desnecessários às famílias interessadas em dar um melhor padrão de educação aos seus filhos.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer envio de apelo à Direção do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que seja instalada uma Agência daquele estabelecimento na cidade de Guaraniáçu, reivindicação que vem sendo reiterada por toda população daquele próspero Município.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Governador do Estado, Emílio Gomes e ao Exmo. Senhor Superintendente do I.P.E., José Maria de Azevedo, cópia do memorial apenso ao presente e que traduz justas reivindicações da classe dos Serventários de Justiça.

Outrossim, solicita que se formule apelo desta Assembléia, às mesmas autoridades, no sentido de ser procedida uma alteração na tabela de contribuição do I.P.E., com vistas a se obter um índice maior no valor das aposentadorias da laboriosa Classe.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

O desajuste, a desproporção que se verifica entre as aposentadorias concedidas aos Serventários que contribuem para o I.P.E. e as concedidas àqueles que o fazem ao INPS, é por demais gritante, urgindo providências saneadoras das autoridades. Daí entendemos ser justo o pedido que formulamos a essa Presidência.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.o — seja inserto na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Doutor Emílio Hoffmann Gomes, Digníssimo Governador do Estado, em virtude de haver Sua Excelência concluído em seu programa de metas prioritárias no setor das telecomunicações, a integração do Município da Lapa, Pr., no sistema D.D.D., da Telepar.

2.o — seja, desta decisão, dado ciência através de remessa de cópia de inteiro teor deste Requerimento, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Emílio Hoffmann Gomes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Acabamos de tomar conhecimento do programa de metas prioritárias, no setor das telecomunicações, fixadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Hoffmann Gomes.

Foi com júbilo e satisfação que, na relação das cidades que deverão ser beneficiadas, dentro em breve, com sua inclusão no sistema de discagem direta à distância — D.D.D. — encontramos o nome do Município da Lapa, Pr., terra heróica e legendaria, berço do paranismo que, não obstante sua projeção sócio-econômica regional, foi relegada até há bem pouco tempo, a segundo plano nas preocupações administrativas do Governo. São os Nobres Deputados testemunhas de que, desta Tribuna, nunca deixamos de reivindicar os legítimos anseios do povo lapeano. Temos, ao longo de nosso mandato, que vimos procurando cumprir com dedicação, honra e dignidade, e procura, no que nós tem sido possível, atender aos interesses do Município, da cidade e afinal, de toda a região da qual a Lapa é o polo irradiante de trabalho e progresso. Infelizmente, até há bem pouco tempo, no Paraná, reivindicar era sinônimo de restrição; procurar colaborar era considerado intromissão irredutível; e alertar, era tido como intolerável posição restritiva. Tal hoje, como o Governador Emílio Hoffmann Gomes à frente do Poder Executivo do Estado, não mais se dá e o Poder político do qual esta Assembléia Legislativa é a síntese suprema, movimenta-se num ambiente que lhe é próprio, num clima de diálogo, de debates democráticos, de compreensão e, sobretudo, de espírito aberto para recebimento de sugestão e apelos. Assim, o que foi considerado impossível há menos de seis meses, concretiza-se agora, pela determinação serena do Governador Emílio Hoffmann Gomes que sabe ser o exercício de um mandato um constante dar de si em favor de seus concidadãos e, em seus critérios de julgamento faz com que prevaleçam sempre o bem maior do maior número e o interesse supremo do bem estar social. Entendo, portanto, oportuno que este Poder Legislativo externar seus agradecimentos ao Senhor Governador do Estado, tanto por sua decisão que beneficiará em breve a população lapeana, mas, também, porque esta decisão significa pelo modo espontâneo como foi tomada, a adoção consciente de uma filosofia de governo voltado exclusivamente ao progresso do Paraná e bem estar dos paranaenses.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.o — seja encaminhado expediente ao Senhor Engenheiro Arturo Andreoli, DD. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, solicitando-lhe determine realização de estudos visando a implantação de linha de força e luz no Distrito de Pôrto Ubá, Município de Jardim Alegre, Pr..

2.o — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento geral, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, vem assinalando o alcance de ambicioso objetivo, qual seja, dotar todas as localidades do Estado de luz e energia elétrica. Não obstante e talvez justamente pelo esforço de tal programação, muitos lugares de expressão econômica permanecem à margem de tais benefícios, como é o caso do Distrito de Pôrto Ubá, do Município de Jardim Alegre, que, até o presente momento, encontra-se sem ligação com a rede de luz e energia o que vem impedindo sua integração ao sistema elétrico estadual e, em decorrência, sendo fator de marginalização de seu processo local de desenvolvimento. Sabemos, todos nós, que tem sido grande o esforço da COPEL, em termos de investimento em energia elétrica, especialmente significativo levando-se em conta que o mesmo se associa a outros programas infra-estruturais das comunidades, o que propicia a melhoria da oferta dos serviços sociais em caráter básico. Assim, o crescimento da renda interna — globalmente considerado o Estado e, em especial, as localidades beneficiadas —, induz à diversificação e enriquecimento da estrutura de nossa economia regional, com maiores possibilidades de auferimento das vantagens do processo por maiores camadas de nossa população. Daí porque, entendo ser legítima a aspiração dos moradores do Distrito de Pôrto Ubá porquanto, como se poderá ver,

analisando-se o incluso quadro demonstrativo que acompanha o presente e cuja cópia autêntica deverá ser anexada ao expediente a ser encaminhado à COPEL, aquela comunidade atravessa fase de intenso crescimento demográfico, apresentando, também, um significativo espírito comunitário cuja motivação não deve ser desprezada pelo Poder Público, que deverá canalizá-la para iniciativas de interesses comum, como a reivindicação da qual estou sendo intérprete perante este ilustrado Plenário.

Os Nobres Deputados integrados, certamente, nos problemas de comunidades do interior do Estado que aspiram aos benefícios do progresso tecnológico de nossa era, darão ao presente, seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.o — seja encaminhado expediente ao Senhor Renato Antônio Johnsson, DD. Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, solicitando-lhe se digne determinar estudos visando à instalação de um Telefone Público no Bairro de Guarituba, Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, Pr..

2.o — seja, desta decisão, dado ciência ao Exmo. Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O bairro de Guarituba, no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, Pr., vem apresentando notável desenvolvimento demográfico e, em consequência, há ali uma intensa atividade comercial e industrial, com reflexos benéficos na economia Municipal. Não obstante, os moradores do bairro de Guarituba encontram-se isolados no que se refere à possibilidade de comunicação imediata, quer com a sede do Município, quer com esta Capital, Pr., porque não dispõem, ainda, de um Aparelho Telefônico público que, com fácil acesso, resolveria muitos problemas para cujas soluções, hoje, os interessados são obrigados a deixarem de lado o trabalho e se deslocarem grandes distâncias. Por outro lado, há que considerar-se também ocorrência de algum fato de emergência que demande comunicação imediata com o Corpo de Bombeiros, Polícia, Saúde Pública e hospitais de um modo geral, o que, atualmente, não é possível aos moradores do Bairro Guarituba, por inexistência de Telefone Público. Assim, tenho por certo que a administração da Telepar que tem desenvolvido elogiável esforço para cumprimento efetivo das metas ambiciosas que colocam, desde já, nosso Estado em projeção perante a Nação, também no setor de telecomunicações, encontrará um modo que lhe possibilite atender à justa reivindicação de importante parcela da comunidade piraquarense com o que, estamos certos, beneficiará em muito o processo de desenvolvimento de toda a região. A reivindicação, como facilmente poder-se-á adivinhar, também, seu aspecto social que deve ser levado em consideração a ser recebida, pelo que justifica-se seja a mesma estudada com especial atenção pelos órgãos técnicos da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, que concluirão por sua procedência a determinação e instalação encarecida.

Os Nobres Deputados também certamente convencidos da pertinência do Requerimento darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de hoje de um voto de Aplausos à Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., com sede em Campo Mourão, pela inauguração de suas modernas instalações ocorrido no dia 1.o do corrente.

Fundada em 28 de novembro de 1970 por um grupo de homens, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. iniciou suas atividades como órgão de despesa econômica-social, em forma de prestação de serviços aos associados, e confiantes na realização da pretensão a que se dispunham, marcaram o primeiro passo importante para a região de Campo Mourão.

Embora funcionando em instalações alugadas a Coamo quase um ano depois abriu suas portas para o atendimento aos associados, recebendo na safra de 1971, 209.000 sacas de trigo, como também passou a registrar as suas primeiras compras e vendas em comum de sementes de soja, milho, inseticidas e sacarias, verificando-se em 31 de dezembro do mesmo ano balanço, a apuração de um lucro líquido de Cr\$ 98.000,00 contando já com 294 associados e um capital subscrito de Cr\$ 226.000,00.

A COAMO nasceu grande. Homens certos para a coisa certa. A necessidade de expansão era forçada e se cogitava a cada dia, e no terreno doado pela Prefeitura se ergueu o primeiro armazém e escritório, obra financiada pelo BRDE. Mas não ficou só aí. A fé dos fundadores foram se multiplicando na pessoa de outros e já em julho de 1972, o livro de matrícula registrava 430 associados e a nova expansão era pedida pois a previsão se tornava cada vez mais animadora. A capacidade de armazenamento e beneficiamento para apenas 80 mil sacas já não significava nada. Contudo, dada a insuficiência de armazenamento, a COAMO no ano de 1972 comercializou para os seus associados 2.989.040 Kgs de adubos, 1.569.200 Kgs de corretivo de solo, 58.900 Kgs de inseticidas pó, 8.800 Lts. de inseticidas líquido 30.000 pacotes de inoculantes distribuídos gratuitamente por ocasião do plantio de soja. 13 aparelhos para aplicação de herbicidas. 104.875 sacas vazias cuja confronta final importa na soma líquida de Cr\$ 660.779,00 verba essa destinada aos fundos estatutários e rateio para os associados proporcional a movimentação de cada exercício.

No primeiro balanço, com 294 associados e um capital subscrito de Cr\$ 226.000,00, verificou-se um lucro líquido de Cr\$ 98.000,00. No segundo com 529 associados para um capital subscrito no montante de Cr\$ 393.660,00 verificou-se um surpreendente lucro de Cr\$ 660.779,00 aumentando em proporção 80% o número de associados, 74% o capital subscrito e 673% as sobras líquidas, tendo o valor bruto da movimentação crescido em 842%.

Diante deste excelente resultado e em vista do crescimento da COAMO, os associados em assembléia geral extraordinária, de 16 de setembro de 1972, decidiram marcar o segundo passo importante para a sociedade, constituindo-se na obtenção de novos empréstimos junto ao BRDE e hoje novos armazéns estão levantados de novo um granelheiro para 500 mil sacas e um fundo chato com 1.100m2, como também nova casa para escritório. Estas obras foram entregues a COAMO, devidamente acabadas em fim de maio do corrente ano, quando a safra da soja já estava finda mas, contudo foram recebidas e comercializadas para os associados 485 mil sacas de soja das quais 86 mil serão prepa-

radas para semente, enquanto que 7.800 toneladas de adubos, 3.500 toneladas de calcário e 40.000 sacas de sementes de trigo já foram entregues aos associados em forma de compra e venda em comum.

Em recente assembléia geral extraordinária decidiram os associados tendo em vista ao grande crescimento da COAMO iniciar já no próximo mês a construção de mais um armazém graneleiro com capacidade para 500 mil sacas e um fundo chado para 80 mil sacas que deverão ser entregues em fevereiro de 1974.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, pelos dados acima mencionados bem se pode ver o gigantesco trabalho desenvolvido pelos Diretores da COAMO na defesa da economia de seus associados, constituindo-se num exemplo a ser seguido por todos, pois como se sabe o sucesso de desenvolvimento seguro e rápido está na proporção direta um cooperativismo honesto e bem organizado.

E, na oportunidade em que a COAMO inaugura todas as suas obras sendo dois armazéns fundo chato com 3.500 m², um armazém graneleiro com 3.750 m², prédio da casa de máquinas com 1.000 m² e casa de administração com 480 m², somando 8.730 m² de área construída, nada mais justo que a Assembléia do Estado do Paraná registre nos Anais da Casa este importante acontecimento, fruto de um trabalho de homens honestos de Campo Mourão em defesa de sua economia e da economia paranaense.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1973.

(aa) Maurício Fruet
Armando Queiroz

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 192-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1973.

(a) — Iris Caldart.

JUSTIFICATIVA:

Pelo documento incluso — Estatuto — depreende-se que a entidade preencha os requisitos necessários à declaração de utilidade pública, daí o Projeto que nos permitimos submeter se estude e à deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Com atraso, cuja razão a Casa conhece, apresento hoje o Relatório da Comissão que me foi delegada para ser o seu Relator, Comissão esta que apreciaria um Requerimento do Deputado João Mansur que há alguns anos atrás, propunha à Casa o estudo de uma regulamentação que tem uma estrutura previdenciária aos Senhores Deputados.

Da análise de elementos que me foram confiados, do contato telefônico mantido com aqueles que representam o Instituto dos Congressistas, em Brasília, e da mesma forma com o Instituto dos Parlamentares do Rio Grande do Sul, e Santa Catarina, resultou desse contato, o seguinte Relatório:

(Lê): "Senhores Deputados:

I

A presente Comissão Especial inicial sua existência material com o Requerimento do ilustre Deputado João Mansur então Líder da Bancada Arenista e do Governo, nesta Casa, aprovado em 5 de outubro de 1971, porém o seu objetivo consta das cogitações dos membros do Poder Legislativo, desde longa data.

A designação dos respectivos integrantes com as posteriores alterações, deu-lhe a conveniente configuração jurídica e, em consequência, as condições de operacionalidade.

II

O ponto de partida dos trabalhos a cargo da Comissão foi oferecido pelo nobre autor do Requerimento constitutivo, cuja documentação obteve através de gestões junto ao Poder Legislativo de Santa Catarina.

Com efeito, o "dossier" composto de expediente, oriundo da Presidência daquele colegiado, descritivo da origem do desenvolvimento e da situação do Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina — IPALDESC — e da sua legislação normativa e regulamentar, proporcionaram elementos de inestimável auxílio no aprofundamento dos estudos iniciais, de tomada de contato com a problemática e, posteriormente na análise comparativa das demais experiências e modelos em curso no País.

III

Indiscutivelmente, a Lei n.º 1.051, de 19 de janeiro de 1967, que criou o IPALDESC já na época de sua edição, abrangia a totalidade dos aspectos mais salientes da previdência parlamentar, o que é um título de glória se considerarmos a condição de pioneira e tivermos em conta as peculiaridades dos beneficiários. As leis modificativas surgidas da necessidade de adaptar a entidade às lições da prática concreta, asseguram-lhe inegável eficácia instrumental da política previdenciária, a nível parlamentar, de sorte que, nesse campo o vizinho Estado ocupa lugar de destaque.

IV

Outra fonte de pesquisa altamente orientadora resultou do material endereçado a este Poder no início do exercício anterior, pelo STEA — Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

A mencionada organização vinha naquela época colocar os seus serviços técnicos à disposição desta Casa, caso este demonstrasse em solucionar o crucial problema da segurança social dos seus integrantes.

Para tanto, juntou esboços dos planejamentos de legislação previdenciária elaborados nos últimos anos, para organizações públicas, particulares e para-estatais como a Petros-Fundação Petrobrás de Seguridade Social, a Cia. Vale do Rio Doce, Cia. Docas de Santos, Rede Ferroviária Federal S.A., de diversos Estados com o Piauí-Sta. Catarina além de diversos Municípios. Revela acrescentar que entre as entidades supra alinhadas, encontra-se o IPC — Instituto de Previdência dos Congressistas.

As indicações técnicas de cada qual desses planos, embora nem sempre adequados e adaptáveis às peculiaridades de um órgão a serviço da previdência dos Deputados, serviram no entanto, de parâmetros para a formação

de pontos de vista, claros e definidos a cerca do melhor e mais fielmente pudessem assegurar o êxito da iniciativa a que nos associamos.

Nossa ordem de reflexão e de trabalho, chegamos ao estudo do modelo previdenciário parlamentar adotado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Sem dúvida, a Lei n.º 6.369 de 29 de maio de 72, tem a virtude de conter todas as dimensões e detalhes, bem assim as experiências de outras iniciativas bem sucedidas, no gênero além de sua extrema simplicidade estrutural e funcional. Aqui, segundo me parece, reside o ponto alto da instituição gaúcha. Naquele Estado, a Lei criou um fundo de Previdência Parlamentar estabeleceu as condições de associação, deu-lhe as fontes de provisão para o orçamento de receita, arrolou benefícios e o modo de obtê-los e por fim, dispôs sobre a sua administração pelos próprios deputados, inclusive previu a regulamentação das normas por iniciativa do Conselho também de parlamentares. O tradicional critério e bom senso que os nossos patrícos do Extremo Sul conferem a instituições jurídicas e sociais esteve mais uma vez presente na solução do problema da segurança social do parlamentar.

E porque o modelo gaúcho reflete esse saudável espírito e se avanta, sob todos os ângulos, em relação aos demais cotejados e, sobretudo, porque a nosso ver ele atende integralmente às legítimas aspirações dos srs. Deputados desta Casa em termos de prevenção contra os caprichos do infortúnio, representados pelo imprevisto e riscos consequentes do desemprego, da invalidez, da velhice e da morte não tenho dúvida em propor à Comissão que ele seja adotado, entre nós, integralmente. Nestas condições proponho que esta Comissão submeta à apreciação da Casa um Projeto de Lei calçado nos termos da Lei n.º 6.369 de 29 de maio de 1972 do Estado do R. Grande do Sul.

E o relatório que me cumpria formular, no cumprimento da honrosa designação da ilustre Presidência.

Sala das Comissões, setembro de 73.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Deixamos sobre a mesa um Requerimento de nossa autoria que visa um apelo à direção do Banco do Estado para a instalação de uma agência deste estabelecimento na cidade de Guaraniáçu.

Acontece que estamos recebendo já de algum tempo, solicitações do comércio, da indústria e dos meios rurais daquele Município nos mostrando, e fazendo ressaltar a necessidade imperiosa da instalação de uma agência deste estabelecimento bancário naquele Município que inclusive viria atender as necessidades de outros municípios limítrofes. Pela importância daquela Região, pelo sentido sócio-econômico e pela estatística do relatório que nos foi trazido e enviado à Direção do Banco, se faz notar que efetivamente há necessidade imperiosa da instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná naquela cidade, pedimos aos srs. Deputados, por esta razão, que nos desse o seu apoio neste Requerimento.

Em segundo lugar sr. Presidente, queremos deixar registrado nos trabalhos de hoje desta Casa o nosso inconformismo pela situação reinante no Oeste do Paraná, com respeito à epidemia que nos ocupamos dias atrás, alertando e pedindo providências da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná.

Uma série de contradições inexplicáveis, está ocorrendo com respeito a este fato na Região Oeste. O sr. Secretário de Saúde Pública afirma, através da imprensa, reiteradamente, que não existe o surto que não há epidemia; enquanto que o médico daquela cidade de Cascavel centro da Região Dr. Lima Presidente da Arena, afirma categoricamente e até ameaça denunciar o médico do Posto Sanitário de Cascavel ao Ministério do Interior e Justiça; a ameaça de denunciar este responsável pelo Posto de Saúde em Cascavel pela incuria, pelo descaso e falta de providências. Tivemos oportunidade de denunciar ainda no mês de julho, ao então Governador do Estado João Mansur que o Médico, Prefeito de Guaraniáçu, clamava por providências daquele médico Chefe do Posto de Saúde de Cascavel, o qual não atendeu simplesmente pelo fato de não acreditar na versão da existência da epidemia naquela Região.

O fato é, sr. Presidente, srs. Deputados que a epidemia existe, grassa em toda a Região Oeste e que já foram registrados mais de 200 casos; e segundo entrevista telefônica que mantivemos ao meio dia de hoje, já sobe a 200 o número de mortos naquela Região, todos adolescentes, dos 10; 12; 15 e 16 anos. O mal existe; o problema é sério e grave, enquanto o Sr. Secretário de Saúde o nega.

Registramos este fato, protestamos veementemente pela falta de atendimento, de responsabilidade com um problema que pode se avolumar pode transpor as fronteiras do Oeste do Paraná e até atingir todo o Estado; porque ainda de Cascavel inúmeras famílias abandonam aquela cidade tirando seus filhos como aconteceu em Céu Azul, Marechal Rondon, Guaraniáçu principalmente.

Fica registrado, Sr. Presidente, srs. Deputados nosso protesto e a nossa estranheza pela contradição que reina entre o Sr. Secretário de Saúde e o Médico Chefe em Cascavel e o Presidente da Arena e outras autoridades sanitárias, bem como do próprio médico da Prefeitura Municipal naquela região.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASILIO ZANUSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de fazer um registro de agradecimento às providências tomadas pelo Ex-Secretário, da Agricultura, Dr. Nelson Brandão, às solicitações feitas por este e outros Deputados, da Tribuna desta Casa, solicitando providências para a solução do problema que está em todo o Paraná, que é o cancro cítrico, dizimando nossos pomares e prejudicando nossa economia.

Segundo informações que tenho, deixou ele para a atual administração, um estudo, um trabalho minucioso objetivando a feitura de um convênio entre Estado e Municípios para por fim a este trabalho moroso que não atende e não atinge seus verdadeiros objetivos.

Mas, o que me traz especialmente a esta Tribuna é o fato que está se verificando em determinadas regiões do Norte do Paraná e presença em Nova Esperança e em alguns Municípios vizinhos, na Região do arenito do Caiuá, onde as terras me parecem não serem bem indicadas e nem aconselhadas para a cultura do soja, principalmente pelo fato da presença inquietante da

ferrugem que está amedrontando os cafeicultores, desanimando os que pretendem plantar e replantar. Surgiu então o incentivo à criação da cultura do bicho da seda. Esta cultura é fácil de ser implantada, principalmente na Região do arenito e nas pequenas propriedades, porque nas maiores, com a erradicação do café, imediatamente se verifica a plantação de pastagens, o que não se pode fazer nas pequenas propriedades.

Dai a cultura do bicho da seda talvez venha a dar a solução, segurando as famílias à terra, valorizando as propriedades e esta cultura tem alguma coisa de importante. Enquanto que o café produz anualmente, esta cultura verifica-se que a sua comercialização poderá se dar de 30 a 40 dias. O que acontece é que é esporadicamente, principalmente por parte de alguns Prefeitos e Vereadores e outros proprietários agrícolas com alguma informação ou conhecimento desta cultura. De modo que precisam da orientação por parte da Secretaria da Agricultura. Esta Secretaria não pode estar alheia, à distância do que se pretende fazer agora em vasta Região do Norte do Estado.

Este é o motivo de minha passagem na Tribuna e posteriormente farei um Requerimento à Secretaria de Agricultura, solicitando que aquela Pasta esteja presente lá no interior, aconselhando para a implantação desta nova cultura. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem o propósito de trazer polêmica, venho transmitir ao ilustre Deputado Iris Caldart, que sempre defendeu com brilhantismo inusitado os interesses dos Municípios que representa nesta Casa de Leis, a informação de que, realmente, ocorreu em Guaraniaçu, único local de nosso Estado, uma epidemia de meningite, mas já se estabeleceu um controle, sendo que nas últimas 48 horas, felizmente não houve registro de nenhum caso mais.

A Secretaria de Saúde reconhece a existência de alguns casos esporádicos em alguns outros Municípios. Em Cascavel foram assinalados 7 casos, sendo um recente. Devo registrar também que a Secretaria de Saúde deslocou para a área três epidemiologistas, deslocou medicamentos, deslocou instrumental e, sobretudo, recursos para que aquela população fosse atendida. Não só o Sr. Secretário de Saúde, mas também o Sr. Governador do Estado estão acompanhando pessoalmente as ocorrências naquela parte de nosso Estado e os trabalhos estão sendo desenvolvidos dentro de todas as possibilidades da Secretaria de Saúde. Foram liberadas verbas e aumentado o número de leitos hospitalares, para que fosse prontamente atendida toda aquela população, com o amparo também do Ministério da Saúde e Central de Medicamentos.

O Sr. Secretário de Saúde de nosso Estado, Dr. Ivan Beira Fontoura, ainda hoje, às 11,00 horas, mantém contato telefônico com toda área. É portanto, de se registrar e de se fazer justiça, de que o Governo do Estado está fazendo tudo que é humanamente possível para resolver de pronto este angustiante problema de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apreciado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 37/73, que aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do Orçamento do referido Município. — Aprovado.

RESOLUÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 37/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 252/71, que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio do Município de Bocaiuva do Sul e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 252/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Obras Públicas, o edifício para funcionamento do Ginásio no Município de Bocaiuva do Sul, em terreno já doado pela municipalidade.

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 271/71, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginasial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 271/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Ginasial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93/72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, autorizando igualmente, construir através da S.V.O.P., o prédio para funcionamento do referido Ginásio e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 93/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, o prédio destinado ao funcionamento do referido Ginásio Estadual.

Art. 3.º. As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 72/73, que denomina "Sanatório Noel Nutels", o atual Sanatório de Tuberculosos da cidade de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 88-73, decuara de Utilidade Pública a Sociedade Espirita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede em Ponta Grossa. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 133/73, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à avenida 7 de Setembro esquina com Desembargador Westphalen nesta Capital, com área de 5.268,00 metros quadrados atualmente ocupada por edificações da referida escola. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 135/73, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à rua Marechal Floriano, esquina com a rua 7 de Setembro, nesta Capital. — Aprovado.

3.º DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 273-76, de autoria do Dep. Luiz Cruz, que transfere ao D.E.R., para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguaiçu, São Jorge e Novo Bilac. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., com SUBSTITUTIVO GERAL — Aprovado, pelo Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 55/73, encaminhando anteprojeto que acrescenta ao artigo 9.º da Lei n.º 5.948 de 27-5-69, parágrafo com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que dá nova redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, para funcionar em período noturno, apenas ao Grupo Escolar João Loyola, bairro do Pinheirinho, nesta Capital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 13/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual para funcionar no período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, no Bairro do Pinheirinho, a partir do ano letivo de 1974.

Art. 2.º — As despesas para a execução da presente lei, correrão por conta do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1974.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1973.

Dep. Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA — Conta atualmente o Bairro do Pinheirinho com apenas um estabelecimento de ensino médio, estabelecimento esse particular.

Sendo aquele bairro bastante distante do centro, bem como distante também de outros locais onde existe estabelecimentos oficiais de ensino, faz-se necessário a criação do ginásio objeto do presente plano de lei, mesmo porque, cerca de 800 alunos vêm-se obrigados a se deslocarem para o Portão e para o centro da cidade a fim de frequentarem aulas, ficando ainda um elevado número de jovens impedidos de estudarem em virtude da falta de recursos para arcar com as despesas normais de transporte e outras que se fazem necessárias.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 13/73

AUTOR: Deputado Maurício Fruet

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual para funcionar no período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola no Bairro do Pinheirinho, a partir do ano letivo de 1974.

PARECER

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Mauricio Fruet, pretende autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual para funcionar no período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, no bairro do Pinheirinho, a partir do ano letivo de 1974.

Considerando justa e oportuna a iniciativa do ilustre autor do Projeto e não havendo disposição legal e constitucional que se lhe anteponha, opinamos pela APROVAÇÃO do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 13/73

AUTOR: Dep. Mauricio Fruet

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual, para funcionar em período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, Bairro do Pinheirinho, nesta Capital e dá outras providências.

PARECER:

Meramente autorizatório, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela aprovação da presente propositura.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 13/73

Subscrito pelo ilustre Deputado Mauricio Fruet, vem a esta Comissão, para fins de parecer, o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual para funcionar no período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, no Bairro do Pinheirinho, a partir do ano letivo de 1974.

A iniciativa me parece louvável, do ponto de vista que esta Comissão deve examinar, razão porque me pronuncio favoravelmente a aprovação da mesma.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Max Pohl, ocorrido nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Braim Sleimann. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Cícero Heleno Sampaio Arruda, ocorrido nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Izidoro Ferreira Pontes, antigo jogador do Palestra Itália e Club Atlético Paranaense. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.º 150/73 e 78/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 190/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como, ao Sr. Superintendente do IPE, encaminhando Memorial que traduz justas reivindicações da classe dos Serventuários da Justiça. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo à Direção do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que seja instalada uma Agência na cidade de Guaraniacú. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Mauricio Fruet e Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., com sede em Campo Mourão, pela inauguração de suas modernas instalações. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de agradecimento ao Sr. Governador do Estado, em virtude de haver incluído em seu programa de metas prioritárias no setor das telecomunicações, a integração do Município da Lapa, no sistema D.D.D., da Telepar. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Copel, visando a realização de estudos para a implantação de linha e força e luz no Distrito de Porto Ubá, no Município de Jardim Alegre. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Telepar, visando estudos para a instalação de um telefone público no bairro de Guarituba, Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Chapa "Nova Estrutura", pela magnífica e esmagadora vitória nas eleições do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, da Faculdade de Direito de Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de ser estendido o funcionamento do ginásio estadual da sede do município de Iguaraçu, ao Distrito de Ângulo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cícero Heleno Sampaio Arruda. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Especial, para amanhã, dia 5, às 10,00 horas da manhã, comemorativa à Semana da Pátria. Ficam designados oradores, para representar a Assembleia Legislativa, os Srs. Deputados Borsari Neto e Alvaro Dias; e outra, Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 10, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 123-70 e 81-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N.º 226/73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8405, de 28 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários estáveis Clovis Stadler de Souza, Durval Daros e Antonio Carlos Dantas, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão encarregada de recebimento e apreciação de justificativa de faltas do funcionário Humberto Graça Neto.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de agosto de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALLA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 5.a Reunião Ordinária

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quilse C. da Silva, contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Francisco Scorsin, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 141-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 162-72 — de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual em Boa Esperança do Iguaçu, Distrito do Mun. de Dois Vizinhos e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 173-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas e Rodagens, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Freguezia, ao Município de Almirante Tamandaré. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 179-72 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio agrícola na cidade de Cascavel e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 181-72 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual nos bairros de Alto Alegre e São Cristóvão respectivamente, sede do Município de Cascavel e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável, com substitutivo — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 182-72 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual no Distrito de Santa Tezera, Município de Cascavel e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 216-72 — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que propõe ex-emergência ao Projeto de Lei n.º 195-72 — Dá nova redação ao parágrafo 2.º do Artigo 24 do projeto acima. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 44-73 — de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes, que transfere para a Jurisdição do Município de Campo Mourão, os serviços de trânsito do Município de Janiópolis. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 48-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 33-73 encaminhando anteprojeto de lei que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de área de terreno com antigas edificações, situado nas Ruas Emiliano Pernetta esquina com Desembargador Westphalen, nesta Capital. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 65-73 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a menor orfã Mônica Angélica Silveira. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI 67-73 — de autoria do Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, as obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na cidade de Mandaguari. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 68-73 — de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória pela BR-153, como especifica. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 69-73 — de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana no Município de Londrina. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 74-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, que transfere para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati, digo do Município de Inácio Martins. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 76-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que autoriza, o Poder Executivo reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do Departamento de Estrada de Rodagem, dotando-os de sistema de comunicação, assistência médica, ambulância e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 81-73 — de autoria do Senhor Deputado

Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 82-72** — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporá, Joaquim Távora e Antonina, tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura como específica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 85-73** — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva que, autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Flórida, destinado a construção de um prédio para a delegacia de polícia local. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 86-73** — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva que, autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Santo Inácio, destinado a construção de um prédio para a delegacia de polícia local. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 87-73** — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Lobato, destinado a construção de um prédio para a delegacia de polícia local. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 92-73** — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o Município de Tibagi ao de Castro. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 97-73** — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a fazenda Experimental de Criação da Secretaria da Agricultura, com sede no Município de Ibiaporá. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 103-73** — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria da Agricultura e considerados inservíveis. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 105-73** — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo firmar através do Departamento de Estrada de Rodagem, convênio com a Prefeitura de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anumas. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 106-73** — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 114-73** — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antonio da Platina, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 115-73** — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na sede do Município da Lapa e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 116-73** — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo, transferir para jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de implantação do revestimento, conservação e manutenção, a estrada municipal que liga os Municípios de Arapoti e Pinhalão. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 119-73** — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Rodovia do Papel, trecho compreendido da Rodovia do Café a Cidade de Telêmaco Borba. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 126-73** — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Cleto". **APPROCLE**. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º digo, PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 48-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 143-73 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando fornecimento de equipamentos às delegacias de polícias locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 1-73 — aprova convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 21-73 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando fornecimento de equipamentos às delegacias de Polícias locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 88-73 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de equipamentos para a delegacia de Polícia local, mediante dotações do Funrespol e de verbas orçamentárias do respectivo Município. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais

(Assinatura ilegível) — Presidente
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 19a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a

Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 252-71** — de autoria do Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Obras Públicas, um prédio para o funcionamento do Ginásio do Município de Bocaiúva do Sul. **PROJETO DE LEI N.º 271-71** — de autoria do Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio no Distrito de Fênão Dias, no Município de Munhoz de Mello. **PROJETO DE LEI N.º 93-72** — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, autorizando também construir através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para o funcionamento do referido Ginásio. **PROJETO DE LEI N.º 88-73** — de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Sociedade Espirita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede na cidade de Ponta Grossa. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 110-73, que aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do Orçamento do referido Município. **APROVADAS**. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Soto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Lélío Guimarães Soto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 252-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Obras Públicas, o edifício para funcionamento do Ginásio no Município de Bocaiúva do Sul, em terreno já doado pela municipalidade.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 271-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Curso Ginasial no Distrito de Fênão Dias, Município de Munhoz de Mello.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, o prédio destinado ao funcionamento do referido Ginásio Estadual.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 88-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espirita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reunião da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Igo Iwant Losso, Erondy Silvério, Ovidio Franzoni, Sebastião Rodrigues Júnior e An-

tônio Lopes Júnior. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 121-73**, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, tratores que especifica, pertencentes à Secretaria da Agricultura. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 124-73**, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 127-73**, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 130-73**, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada na cidade de Paranaguá. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 136-73**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Igreja Seicho-No-Ie, do Brasil, com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Relator: Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 140-73**, de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na cidade de Pérola, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 144-73**, de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5-11-63. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com emenda substitutiva. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 146-73**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico-hospitalar, do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável com emenda substitutiva geral. Voto em separado do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior; voto pelo Projeto Original e Contra o Substitutivo Geral, pelas razões que expõe. Voto contrário do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, pelo Projeto de contra a emenda. Aprovado o parecer com a emenda substitutiva. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 150-73**, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Dispõe sobre descontos salvo os previstos em Lei, nos vencimentos, remuneração ou proventos dos integrantes do Magistério público, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 159-73**, de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade de Jaguariaíva, e dá outras providências. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 161-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 66-73, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00, para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. Relator: Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º**

163-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 71-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar, e dá outras providências. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 164-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 72-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10-1-72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — Funrestran. Relator Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que avocou o Projeto de Lei para relatar. Parecer favorável. Aprovado. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 166-73**, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraguara os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 15) — **PROJETO DE LEI N.º 168-73**, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quitandinha o trator que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 16) — **PROJETO DE LEI N.º 170-73**, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Contenda o trator que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 17) — **PROJETO DE LEI N.º 176-73**, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão os lotes que especifica, pertencentes à Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 18) — **PROJETO DE LEI N.º 177-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 73-73, encaminhando anteprojeto de lei que visa doar ao Município de Rio Azul, o terreno que especifica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 19) — **PROJETO DE LEI N.º 183-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 73-73, encaminhando anteprojeto de lei que visa majorar para três salários mínimos da Capital o valor das pensões mensais das viúvas de Deputado estadual. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 20) — **PROPOSIÇÃO N.º 202-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 63-73, encaminhando cópia de termo de renovação de convênio celebrado entre a Secretaria de Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovada. 21) — **PROPOSIÇÃO N.º 45-70**, de autoria da Prefeitura Municipal de Rolândia. Expediente solicitando autorização plebiscitária a fim de reincorporar área de terras do território que pertenciam ao Município de Rolândia. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 177-73, 189-73, 192-73, 207-73, 210-73 e 213-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária